



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 11.040-000.953/90-93

Sessão des 16 de fevereiro de 1993
Recurso nº: 88.323
Recorrente: DIST. DE PRODUTOS ALIMENTICIOS ARCO-IRIS LTDA.
Recorrida: DRF EM PELOTAS-RS

D I L I G E N C I A no 203-00.044

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS ARCO-IRIS LTDA.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligéncia, nos termos do voto do relator.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 1993.

ROSAIVO VITAL GONZAGA SANTOS - Presidente

MAURO WASTILEWSKI - Relator

ALFONSO CRACCO - Procurador-Representante
da Fazenda Nacional



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 11.040-000.953/90-93

Recurso no: 88.323

Diligência no: 203-00.044

Recorrente: DIST. DE PRODUTOS ALIMENTICIOS ARCO-IRIS LTDA.

R E L A T O R I O

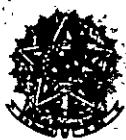
Trata-se de exigência de PIS/FATURAMENTO, decorrente de fiscalização do IRPJ, que concluiu pela omissão de receita, consoante os Demonstrativos de fls. 02 a 15.

O Julgador Singular decidiu pela procedência parcial da impugnação, afirmado que adotou tal posição, posto tratar-se de procedimento fiscal reflexo do IRPJ, que foi julgado dessa maneira.

A peça recursal de fls. 63 reporta-se apenas ao recurso/IRPJ, dizendo que restou evidenciada a insubsistência dos fundamentos que deram origem à exigência.

E o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "André Mendonça".



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no: 11.040-000.953/90-93
Diligência no: 203-00.044

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR MAURO WASILEWSKI

Em se tratando de exigência de PIS/FATURAMENTO, decorrente de fiscalização do IRPJ, proponho a conversão do processo em diligéncia, para que o órgão preparador junte a decisão relativa ao processo matriz. Caso esta não tenha sido prolatada, o processo deverá ficar sobreestado naquela repartição até que possa ser cumprida a presente solicitação.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 1993.

Mauro Wasilewski